

PARTE II – Representação, valores e experiências

6

A pesquisa

Esta pesquisa guiou-se pelo referencial da teoria das representações sociais, conforme entendida pela Psicologia Social. Desta forma, iniciemos pela explicitação de nosso referencial.

6.1

Aspectos da teoria da Representação Social

A representação social constitui um corpo teórico desenvolvido no âmbito da Psicologia Social, de modo que nem os aspectos intra-individuais nem os aspectos sociais podem ser esquecidos nesse tipo de estudo. Segundo Leme (1995), esta teoria tem sido vista como valioso aporte para diversas abordagens já existentes em Psicologia Social, devido à seriedade com que se leva em conta a dimensão social. Esta pesquisadora nos lembra que o ato de representar

“não deve ser encarado como um processo passivo, reflexo na consciência de um objeto ou conjunto de idéias, mas como processo ativo, uma reconstrução do dado em um contexto de valores, reações, regras e associações. Não se trata de meras opiniões, atitudes, mas de ‘teorias’ internalizadas que serviriam para organizar a realidade.” (Leme, 1995: 48)

Ao tornar familiar o não-familiar, objetos, seres, e eventos são reconhecidos e compreendidos a partir de modelos anteriores que dispomos em nossa memória.

O termo representações sociais designa “tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los”. (Sá, 1995).

Sá recorre a Moscovici para explicar a natureza da representação social. Diz Moscovici (citado por Sá, 1995: p33 e 34) que representar alguma coisa não é “simplesmente duplicá-la, repeti-la ou reproduzi-la; é reconstituí-la, retocá-la, modificá-la o texto.” E prossegue afirmando que uma vez fixadas as reelaborações, esquecemo-nos de que são obra nossa, e que por isso levam “(...) a marca de uma passagem pelo psiquismo individual e social”.

O estabelecimento de uma representação social tem por característica prescindir da neutralidade. Cada objeto, assunto e ser deve possuir um valor positivo ou negativo e ser classificado genericamente dentro de um dos paradigmas disponíveis em nossa memória. Em seguida, o objeto da representação recebe uma denominação, localizando-o em nossa matriz de identidade cultural. Por fim, o outro processo de constituição de uma representação, um pouco mais limitado, consiste em dar uma forma icônica a uma idéia.

O pesquisador Pereira de Sá elabora uma longa lista de assuntos que interessariam aos cidadãos comuns, em suas interações cotidianas, despertando sua atenção e curiosidade, demandando sua compreensão e forçando-os a um pronunciamento que ultrapassa o teor de uma simples opinião. Entre estes assuntos, cita profissões, questões relacionadas à saúde e doença, política e economia, as *questões ecológicas*, as cidades, a tecnologia, as classes de pessoas, as desigualdades sociais e outros temas igualmente instigantes. Segundo o autor, as pessoas comumente

“fazem uma articulação ou combinação de diferentes questões ou objetos, segundo uma lógica própria, em uma estrutura globalizante de implicações, para a qual contribuem informações e julgamentos valorativos colhidos nas mais variadas fontes e experiências pessoais e grupais.” (Sá, 1995: p.26)

Farr (1995), após demonstrar a utilização histórica da representação social das massas por parte de líderes como Hitler, De Gaulle, Stalin, Roosevelt e Mussolini, adverte sobre a necessidade dos psicólogos sociais de compreenderem a psicologia social das massas a fim de evitar novo período de vulnerabilidade quando outro líder resolver traduzir a teoria política para a prática. Por analogia, estamos propondo a relevância de conhecer as representações acerca de meio ambiente, educação e informação, de modo que as políticas e práticas relacionadas a estes temas no país possam ser melhor debatidas e conduzidas pela sociedade organizada.

O mesmo Farr demonstra brilhantemente em seu artigo que o “indivíduo tanto é um agente de mudança na sociedade como é produto dessa sociedade”. (Farr, 1995: p.51) E é nesta perspectiva que uma vez mais ressaltamos a importância da presente pesquisa. Entender a dinâmica de formação dessas representações, e elas próprias, poderá ajudar tanto em propostas de Educação Ambiental (e outras políticas ambientais) como na formação educacional de profissionais que lidarão

com questões ambientais e suas interfaces. A representação pode ser superada com investimento autoconsciente. Se professores e jornalistas se derem conta das repercussões de suas representações e decidirem tirar proveito dessa informação em benefício da sociedade, teremos dado um passo rumo a um amadurecimento na relação ser humano-ambiente.

Partamos, agora, para a delimitação das questões de nosso problema.

6.2 As questões

Considerando que:

- entre outras instâncias, à educação, e particularmente à sua dimensão conhecida por EA, se atribui a responsabilidade de contribuir para a melhoria do padrão de relacionamento estabelecido entre ser humano e natureza;
- a EA ficou incumbida pela legislação brasileira de perpassar o trabalho da mídia, da universidade, da escola, das empresas e de outros atores sociais;
- a natureza das relações com o ambiente é nitidamente marcada pelas concepções/ representações de ambiente dos indivíduos;

queremos saber o que influencia a formação da representação de meio ambiente do sujeito – para que a formação ainda pendente (e aqui entra a educação) dos mais diversos atores que assumem uma perspectiva ambiental em seu trabalho seja desenvolvida. Aqui, nosso interesse está voltado especificamente para dois agentes mediadores privilegiados, quais sejam, jornalistas ambientais e professores da escola pública que trabalhem com a questão ambiental.

Recordemos que as representações são produzidas pelos indivíduos em interação social ao tentar encontrar soluções para suas próprias indagações. Sá (1995) lembra que para Moscovici há duas categorias distintas de universos de pensamento:

a) os **consensuais**, compreendidos pelas atividades intelectuais de interação cotidiana, que utiliza uma lógica mais frouxa e cuja verificação obedece mais a sentimentos compartilhados de verossimilhança do que à objetividade e ao rigor. Aqui, cada indivíduo possui o mesmo valor que os outros;

b) os **reificados**, onde são produzidos os conhecimentos científicos e o pensamento erudito, com todo o rigor metodológico, objetividade, especialização e hierarquização peculiares a este tipo de universo. Nele, o grau de participação de cada indivíduo depende de sua qualificação, as informações são selecionadas conforme a ocasião e há formas específicas de apresentar cada tipo de informação.

Os universos consensuais (as próprias representações), no entanto, são hoje alimentados também pelos universos reificados. Chamamos Sá a reforçar nossa escolha de público a ser pesquisado, pois para ele, forma-se um novo tipo de senso comum, composto por

“conhecimentos de segunda mão, cuja operação básica consiste na contínua apropriação das ‘imagens, das noções e das linguagens que a ciência não cessa de inventar’. Um importante papel é desempenhado, nesse processo de transferência e transformação dos conhecimentos, pelos divulgadores científicos de todos os tipos – jornalistas, cientistas amadores, professores, animadores culturais, pessoal de *marketing* – e pela crescente ampliação e sofisticação dos meios de comunicação de massa”. (Sá, 1995: p.29 e 30, destaques meus)

Robert Farr traça uma análise histórica do desenvolvimento da teoria das representações sociais. E afirma que a teoria de Moscovici é “adequada à investigação empírica das concepções leigas da ciência”. (Farr, 1995: p.45) Segundo Farr, Moscovici estava interessado em observar como ocorria o movimento de disseminação de um novo corpo de conhecimento em uma sociedade: a Psicanálise. Em nosso caso, estamos interessados em verificar o que ocorre com outro desses corpos, também recente – a Ecologia.

Sendo ela ciência-fonte para o movimento ambientalista e para seus desdobramentos – como a própria Educação Ambiental, as políticas ambientais, as recentes áreas da Ecologia Humana, do Direito Ambiental e da Gestão Ambiental, entre tantas outras¹ – pensamos ser necessário compreender a difusão de seus conceitos na sociedade e sua assimilação pelo senso comum. Ainda que essas novas áreas não se restrinjam aos domínios da Ecologia, são eles o princípio de onde partem para relacionar-se com outras áreas.

Meio ambiente é o tema em comum desses novos estudos e profissões. E não constitui assunto do qual se tem notícia pela primeira vez em banco escolar. Trata-se antes de conhecimento ligado ao cotidiano das pessoas, sua cultura e tradições. De maneira que quando se obtém informações “oficiais”, nas escolas e

¹ jornalismo ambiental, saúde ambiental, segurança ambiental, *marketing* ambiental, arquitetura orgânica etc.

universidades, já preexiste uma concepção do que seja ambiente, e possivelmente coexistirá com as novas informações recém adquiridas com os estudos. A incorporação de conceitos da Ecologia provavelmente passa pelo caminho das representações sociais.

Desta forma, as questões por nós privilegiadas são:

- Que relação com o meio ambiente manifestam jornalistas ambientais no papel de divulgadores de notícias através da mídia?
- Que relação com o meio ambiente demonstram professores de escolas públicas no espaço escolar e que valores, decorrentes dessa relação, estimulam em seus alunos?
- Que concepções de ambiente, de educação e de informação sustentam essas relações?

6.3 Critérios

Ao decidirmos pesquisar educadores ambientais e jornalistas ambientais, era preciso arranjar critérios para selecionar alguns candidatos para a entrevista em cada grupo. Assim, elegemos cinco professores, trabalhando em espaços diversos, que reconheciam em sua prática a marca da educação ambiental e cuja atuação se refletisse nas práticas de outros professores. Todos exercem ou exerceram até recentemente papel formador de outros educadores, devido aos projetos e especificidades dos trabalhos executados. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação reconhece em seu cadastro que as diferentes escolas onde atuam/ atuavam estes cinco profissionais vêm desenvolvendo projetos de EA. Em poucas palavras, são *referência* oficial.

Nossos jornalistas são sujeitos que assumiram suas carreiras como jornalistas ambientais e cada um deles representa um tipo de veículo: jornal, revista, internet e programa de TV. Pretendíamos incluir ainda o rádio. Entretanto, a estação de rádio selecionada por nós fechou durante a pesquisa e não conseguimos realizar a entrevista. Esta variedade de veículos foi proposital, a fim de ter uma amostra diversificada de atuações no âmbito jornalístico. Todos os escolhidos são pessoas representativas da profissão e do meio em que atuam. Tivemos a surpresa de sermos recebidos por dois jornalistas em cada veículo

destes, excetuando-se a TV. Ou seja, dos cinco candidatos previstos inicialmente saltamos para um total de sete jornalistas ambientais.

Quadro 1: número de jornalistas entrevistados

Veículo	Jornalistas previstos	Jornalistas entrevistados
Jornal	Um	Dois
Revista	Um	Dois
Internet	Um	Dois
TV	Um	Um
Rádio	Um	Nenhum
Total	cinco	sete

As apresentações a seguir são resumos feitos a partir de informações contidas nos *sites* dos veículos de procedência destes jornalistas. Com isto, o leitor terá uma visão panorâmica do trabalho destes veículos, sua representatividade, seus objetivos e público.

I- Jornal do Meio Ambiente (JMA):

Fundado e editado desde janeiro de 1996 por Vilmar Berna, jornalista e ambientalista, o Jornal do Meio Ambiente difunde informação ambiental através do meio impresso e de seu *site*², no ar desde 1996, e que contém o texto completo de todas as edições do Jornal, sendo atualizado mensalmente.

O público-alvo do JMA é formado por multiplicadores de opinião, como ambientalistas, governantes e empresários, jornalistas especializados em meio ambiente, educadores ambientais, etc. Por se tratar de um jornal especializado, lido por um público especialmente interessado, vem sendo visto como veículo ideal para a divulgação de projetos e políticas ambientais de empresas, governos e do terceiro setor.

Seu público é atendido com o acesso gratuito ao seu *site*, considerado por especialistas como o mais completo e de maior conteúdo ambiental da internet brasileira, resultando em inúmeros prêmios nacionais e internacionais.

² www.jornaldomeioambiente.com.br

O *site* do JMA afirma que uma das razões que contribuíram para o nascimento do jornal foi a possibilidade de promover a democratização da informação ambiental como estratégia para a formação de cidadania ambiental. Nele, estão listadas várias causas para a baixa divulgação de obras, projetos e políticas ambientais positivas. Entre elas, a evidente tendência da grande mídia em dedicar mais espaço para o desastre e degradação e menos para as boas notícias ambientais. A proposta do JMA é romper com este padrão.

O cenário em que surgiu foi o pós ECO-92. A Conferência gerou um efeito cascata: a questão ambiental, antes mais concentrada nas ONGs (Organizações Não-Governamentais) ambientalistas, internalizou-se nas demais instâncias da Sociedade Organizada, envolvendo empresas e governos, entre outros. No entanto, contraditoriamente à necessidade de mais informação ambiental, após a ECO-92 este espaço restringiu-se na grande mídia, limitando-se hoje a ocorrências fragmentadas, diante de acidentes ambientais e um ou outro tema que interesse ao público mais geral.

Despontaram, então, alguns veículos especializados em informação ambiental. O Jornal do Meio Ambiente destaca-se como veículo editado por um ambientalista reconhecido mundialmente. Vilmar Berna foi o único brasileiro a receber em 1999 o Prêmio Global 500 da ONU para o Meio Ambiente, considerado o Nobel da Ecologia.

O Jornal tomou a iniciativa, ainda, junto com o Jornal Terramérica, de criar a EcoMídias - Associação das Mídias Ambientais, que reúne cerca de 10 veículos especializados em meio ambiente no Brasil, totalizando cerca de 1,5 milhões de exemplares por mês.

II - *Revista Ecologia e Desenvolvimento*:

Com quase duas décadas de atuação, a equipe profissional da ETM (Editora Terceiro Milênio) criou publicações que são hoje importante referência para milhares de leitores localizados em mais de dois mil municípios do país. Muitos dos assinantes são universitários, além de professores e alunos do Ensino Médio, que utilizam as revistas em sala de aula e como fonte de pesquisa.

A Editora Terceiro Milênio é a herdeira do trabalho da Editora Terceiro Mundo, implantada no Brasil em junho de 1980 e responsável pelo lançamento

das publicações Cadernos do Terceiro Mundo, Ecologia e Desenvolvimento (1991), e Revista do Mercosul (1992). Em dezembro de 1996, lançou seu *site*.

Fundada pelo jornalista Neiva Moreira, a Editora tem também lançado numerosos livros e publica periodicamente o Guia do Mundo e o Almanaque Brasil. O primeiro foi lançado na sua versão 2000/2001, em parceria com a PubliFolha, com o nome Enciclopédia do Mundo Contemporâneo. O *Le Monde Diplomatique* considerou-a "Um instrumento de trabalho imprescindível para quem se interessa pelos temas de atualidade".

Mas a ETM considera que sua principal contribuição à sociedade brasileira tem sido a divulgação do pensamento e da prática de nações e lideranças que buscam construir para a humanidade um futuro de justiça social e equilíbrio ecológico.

A revista Ecologia e Desenvolvimento surgiu em março de 1991, com o objetivo de difundir as preocupações ambientais, que naquele período repercutiam com mais intensidade no país, devido à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, prevista para 1992. Ela aborda iniciativas privadas e públicas que conciliam o progresso com o uso racional das riquezas do planeta.

O perfil do público leitor: 58% formação universitária, 31% formação média e em 11% dos casos são pessoas que apenas concluíram o ensino fundamental. Da revista circulam 25 mil exemplares a cada edição, sendo 68% para assinantes, 25% vendidos em bancas e 7% destinados à promoção.

Os setores de atividade abrangidos são: governos, empresas, faculdades e escolas.

A revista tem recebido várias premiações, como:

1994 - Prêmio Gaúcho (Ouro, Prata e Bronze), concedido pelo Festival Internacional de Publicidade em Turismo e Ecologia (Fiptur).

1995 - Prêmio Bahia de Proteção Ambiental, concedido pela Cofir.

2000 - Prêmio Golfinho de Ouro à jornalista Beatriz Bíssio, pela contribuição à causa ambiental na direção da revista Ecologia e Desenvolvimento, concedido pelo Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro.

2001 - Prêmios Troféu de Comunicação do Mercosul, na categoria Jornalismo Ambiental em Revista (Ouro, Prata e Bronze), concedido em conjunto pela Associação Riograndense de Imprensa, Associação Gaúcha de Emissoras de

Rádio e Televisão e pela Associação Latino-Americana de Agências de Publicidade (Alap), no 13º Festival Mundial da Publicidade, realizado no mês de junho, em Gramado/RS.

III- *Programa Expedições (TV Cultura):*

Em 1995, a RW deu início à série de TV *Expedições*, com especiais que abordam aspectos culturais, sociais e ambientais do Brasil. No segundo semestre de 2000, *Expedições* passou a ser um programa semanal, exibido nas Redes de TV Educativa (segundas às 22h) e TV Cultura (quartas às 19h30).

O programa EXPEDIÇÕES resulta de um trabalho iniciado na década de 70, quando Paula Saldanha e Roberto Werneck começaram a documentação de pesquisas, áreas naturais e populações brasileiras. Sempre registrando uma área diferente do país, a dupla já viajou do Oiapoque ao Chuí, da Ponta do Seixas, na Paraíba, até o extremo oeste no Acre, e continua descobrindo lugares e pessoas diferentes a cada expedição. Ao longo de 24 anos de produção independente, tem documentado e testemunhado transformações de muitas regiões do Brasil. Com a câmera na mão, o casal dispôs-se a denunciar problemas, cobrar soluções, dar voz às comunidades, divulgar as boas iniciativas.

A proposta do programa é rica e diversificada, tencionando apresentar os vários brasis de nosso país. Inclui desde os abrigos do homem primitivo e o caminhar pela arquitetura de cidades históricas até a convivência com tribos indígenas e visitas à selva amazônica.

A partir de 2001, a série ampliou o território estudado. Paula e Roberto percorreram a rota dos vulcões, na Costa Rica, as ilhas de Palma de Mallorca e Ibiza, a nascente do rio Amazonas nos Andes e os santuários arqueológicos da civilização Maia, no México.

Do histórico da produtora independente, destacamos alguns dados:

A RW VIDEO foi criada formalmente em março de 1979 por Paula Saldanha (jornalista e escritora) e Roberto Werneck (biólogo e documentarista). Mas o casal já vinha desenvolvendo desde 1977 trabalhos de documentação do Brasil, em diversas regiões. São desse ano os 10 filmes curta metragem da série "Crianças de Todo Brasil" e "Homem Primitivo Brasileiro".

Utilizando inicialmente equipamentos de cinema, a produtora alimentou vários programas e campanhas da televisão brasileira. Ainda em 1979, a RW

VIDEO produziu para a TV Globo a série Brasil Pesquisa, e criou o primeiro programa de meio ambiente para jovens – o Globinho Repórter.

A idéia básica dos projetos da produtora de Paula e Roberto sempre foi mostrar para o grande público como anda o país, de norte a sul, leste a oeste. As reportagens e programas de TV transformados em vídeos têm sido utilizados no Brasil e no exterior como materiais informativos em projetos culturais, sociais e de educação ambiental.

Desde a sua criação, a empresa tem produzido para as principais emissoras de TV do Brasil.

Já teve documentários exibidos em redes de TV nos Estados Unidos e Europa. Criou documentários e vídeos para diversas instituições, principalmente na área de meio ambiente, com vários trabalhos premiados em festivais do Brasil e exterior.

Ainda em 1992, a RW VIDEO foi convidada pelo governo brasileiro para elaborar os vídeos e exposições fotográficas que representaram o país na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Seu acervo, em filmes, vídeos e fotos, completou um quarto de século em 2002 e inclui material original bruto, mantido em câmaras climatizadas – um registro do país e suas populações em diferentes décadas.

IV- *Ecopress*:

A ECOPRESS é uma Organização Não-Governamental (ONG) sem fins lucrativos, fundada em 1992 por um grupo de ambientalistas, com o objetivo de divulgar informações sobre questões ambientais através das mais variadas formas jornalísticas.

Esta ONG contrata jornalistas em início de carreira para que se especializem no assunto e sigam a profissão dentro deste nicho. Neste intuito, mantém dois veículos de comunicação: a Resenha Ambiental diária e o jornal Educador Ambiental.

A Resenha Ambiental é um boletim diário, enviado por e-mail, com o resumo das notícias publicadas nos principais jornais do país. Informações passadas pela rede de colaboradores e conselheiros da Ecopress e selecionadas de *sites* de notícias completam o conteúdo do serviço.

O jornal Educador Ambiental vem sendo produzido desde novembro de 1993 em parceria com o WWF (Fundo Mundial para a Natureza) e apoio financeiro da Informare. O objetivo do projeto é promover a troca de experiência entre educadores e ambientalistas de todo o país. Por ser o único jornal de Educação Ambiental do Brasil voltado para professores e profissionais da área, recebeu em 1996 um prêmio do *Russel Train Fund*. O veículo passou por uma grande reformulação gráfica a partir da edição 18, tornando-se mais agradável de ler e mais prático para o uso em salas de aula.

A Ecopress mantém atualmente um treinamento básico para estudantes de Jornalismo em final de curso ou recém-formados, que fazem estágio na elaboração da Resenha e no atendimento aos assinantes, além de eventuais matérias e pesquisas, aprofundando-se, assim, na temática ambiental.

Fica evidenciada com esta primeira apresentação a seriedade dos veículos estudados e sua trajetória consolidada e contínua. Foi importante na seleção também o fato de estarem inscritos no cenário ambientalista brasileiro e afirmarem possuir intenção de contribuir como ferramenta em diversos processos educativos.

Se assumido está o estatuto pedagógico (Fischer, 1997) da mídia neste caso, falta analisar que concepções de ambiente, de educação e de informação guiaram as ações destes representantes dos diferentes veículos do jornalismo ambiental.

Um argumento a mais a favor de estudar o jornalismo ambiental pode ser dado em função de acontecimento recente. No início de abril último, foi anunciada a extinção da CoEA (Coordenadoria de Educação Ambiental) do MEC em razão de cortes, explicados pela ex-coordenadora Lucila Pinsard Vianna:

“o que deu impulso a esta ação foi a questão operacional – foi necessário que cada ministério disponibilizasse 10% a 20% de seus cargos – os cargos de confiança, que é o tipo de contrato dos dirigentes – para os novos ministérios – o governo Lula criou pelo menos 3 novos ministérios, mas não criou cargos para estruturá-los, e a solução encontrada foi esta doação de cargos via velhos ministérios.” (mensagem enviada por José Alberto Gonçalves Pereira, em 14/10/03 para a lista jorn-ambiente sediada pelo Yahoo).

O fato foi amplamente divulgado nas listas virtuais de EA e de jornalismo ambiental, tanto nas listas de informação como nas de discussão. Rapidamente,

inúmeras ONGs, a REBEA (Rede Brasileira de EA), vários jornalistas ambientais, professores e simpatizantes da EA se articularam e enviaram milhares de mensagens eletrônicas ao Ministro da Educação, Cristovam Buarque, solicitando que a falha fosse reparada. O editor do JMA enviou também mensagem pessoal ao ministro, procurando saber a causa do procedimento. Uma semana após a mobilização nacional em prol da revisão da medida, o MEC divulgou uma nota à imprensa se retratando e anunciando a reativação da CoEA.

A eficiência da articulação se deveu à atuação em rede, já consolidada entre os educadores ambientais, mas também à rápida divulgação e convocação realizada pelos jornalistas ambientais. As redes de EA têm sido muito importantes; embora virtuais,

“ao mesmo tempo são reais. (...) a primeira característica da rede é ser virtual. Ela somente é real, realmente efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo da ação.” (Santos, 1997: p220, citado por Vasconcellos, 2002)

6.4 Caracterização dos grupos

Os jornalistas entrevistados serão aqui chamados por J1, J2, J3, J4, J5, J6 e J7. Entre eles, há três profissionais antigos (mais de 20 anos de profissão), dois em meio de carreira (mais de 10 anos) e duas iniciantes (cerca de 5 anos). Há apenas dois homens no grupo. Quanto às origens, embora a maioria resida no Rio, apenas três são cariocas, sendo duas paulistas, uma uruguaia que vive no Brasil e um gaúcho.

Excetuando-se os três mais novos, são pessoas que já viajaram muito e atuaram em diferentes frentes de trabalho.

Em relação aos docentes, podemos dizer que compõem um grupo heterogêneo, tendo em comum a característica de liderança e o fato de atuarem na formação de novos professores e na qualificação continuada dos antigos. Neste grupo, temos 5 professoras, todas atuando no ensino público. Elas moram em regiões diferentes da cidade do Rio de Janeiro e foram entrevistadas em seus trabalhos nos bairros do Centro, Cordovil, Gávea, Alto da Boa Vista, Tijuca e Laranjeiras (zonas Norte e Sul). É bom lembrar que tais professoras executam seu trabalho também em outras áreas da cidade e mesmo do estado. Nós as chamaremos por P1, P2, P3, P4, e P5. Três delas possuem formação em Ciências

Biológicas, uma em Pedagogia e outra em Letras, além do curso técnico em Edificações. Uma delas é originária do Rio Grande do Sul, tendo vivido muitos anos no Pará, e suas idades variam entre 30 e 60 anos. Duas estão próximas de aposentar-se, duas em meio de carreira e uma é iniciante. Todas têm nível de pós-graduação e continuam se especializando. Vale lembrar que todas atuam na perspectiva da educação ambiental. Resta esclarecer que este perfil de professores é atípico no ensino público, onde não temos uma maioria com pós-graduação e muito menos trabalhando com EA.

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados

Profissionais	Origem	Formação	Carreira
P1	RJ	Biologia	Docência, próxima da aposentadoria
P2	RS	Técnica em Edificações; Letras	Docência, meio de carreira
P3	RJ	Pedagogia	Docência, próxima a aposentadoria
P4	RJ	Física/Biologia	Docência, meio de carreira
P5	RJ	Biologia	Docência, início de carreira
J1	Uruguai	Química (não concluída) e Jornalismo	Profissional antiga
J2	RJ	Escola técnica de Química; Jornalismo	Meio de carreira
J3	RJ	Pedagogia	Profissional antiga
J4	SP	Várias faculdades iniciadas; Jornalismo	Meio de carreira
J5	SP	Jornalismo	Início de carreira
J6	RS	Não fez graduação	Profissional antigo
J7	RJ	Jornalismo	Início de carreira

6.5 Estratégias de pesquisa

A pesquisa realizada é de base qualitativa. Alves-Mazzotti (1999) analisa as diferentes possibilidades metodológicas no âmbito da pesquisa qualitativa e encontra em Patton o denominador comum a esta classe de pesquisa:

“a principal característica das pesquisas qualitativas é o fato de que estas seguem a tradição ‘compreensiva’ ou interpretativa. Isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.” (Alves-Mazzotti, 1999: p131)

A autora desdobra em três as características decorrentes desta natureza de estudo: *visão holística*, segundo a qual a compreensão de um fenômeno só é possível a partir do entendimento das inter-relações presentes num certo contexto; *abordagem indutiva*, na qual o pesquisador parte de observações livres, deixando que as dimensões e categorias de interesse emergjam progressivamente com a coleta e análise de dados; e *investigação naturalística*, ou seja, aquela na qual a intervenção do pesquisador no contexto observado se reduz ao mínimo.

Dentre as três grandes possibilidades paradigmáticas presentes no campo da pesquisa qualitativa, *construtivismo social*, *pós-positivismo* e *teoria crítica*, nos identificamos com as preocupações da teoria crítica. Nesta abordagem, procura-se “investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas, tentando compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas. Parte-se do pressuposto de que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como uma instância neutra acima dos conflitos ideológicos da sociedade.” (Alves-Mazzotti, 1999: p131)

Nosso olhar por certo se inspirou nessa perspectiva. O levantamento de dados foi realizado a partir de entrevistas semi-estruturadas (Alves-Mazzotti, 1999: p168), gravadas em cassete, uma para jornalistas e outra para professores, havendo questões em comum e questões específicas a suas profissões (anexos 9.6 e 9.7). Procuramos: levantar as concepções de ambiente, de educação e de informação dos entrevistados; saber sobre seus valores e aspectos de sua vida; e verificar a importância da universidade e do exercício profissional cotidiano em suas práticas e relações com o mundo.

Também foram observados os ambientes onde se realizaram as entrevistas, de maneira informal, buscando indícios de coerência com o que havia sido dito pelos entrevistados.

Embora para a escolha dos jornalistas e professores tenha havido uma observação flutuante do seu trabalho, a análise dos produtos diretos – como artigos, *sites*, programas e aulas – comparados com o discurso proferido pelos entrevistados, pode ser um dos desdobramentos desta pesquisa, servindo esta primeira aproximação de base para estudos posteriores. Aqui, os dados foram estudados utilizando-se das falas para a *análise de conteúdo*, conforme proposta por Bardin (1977), no que tange à identificação das representações de ambiente, educação e informação dos atores pesquisados. Para estudar a estruturação destas representações, suas origens e desenvolvimento, buscamos inspiração nos relatos da vida dos professores e jornalistas, buscando informações relevantes em três aspectos: a *família*; a *universidade*, como espaço de preparação para o trabalho; e o *exercício profissional* em si, que poderia modificar as práticas destes atores em decorrência da experiência. Nossa suposição foi de que estes espaços de convivência e interação propiciariam aos sujeitos oportunidades-chave de refletir, atuar e automodificar-se, uma vez que se constituem em campos de problematização moral (Puig, 1998).